

CONCORRÊNCIA CO SMCG N.º 003/2024

ANEXO IV-C – MATRIZ DE RISCOS

CONCESSÃO COMUM PARA A CONTRATAÇÃO, EM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO DE PUBLICIDADE E INFORMAÇÃO (MUPI) NAS ESTAÇÕES DA BIKE RIO.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

MATRIZ DE RISCO				
	Definição do risco	Descrição	Alocação	Ações para mitigação
1.	Financiamento	Impossibilidade de captação de recursos de terceiros para financiar a execução do CONTRATO	CONCESSIONÁRIA	- Aporte de capital própria da CONCESSIONÁRIA e/ou de seus acionistas para cumprir com as obrigações contratuais assumidas.
		Ausência de recursos da CONCESSIONÁRIA para arcar com obrigações financeiras assumidas perante terceiros	CONCESSIONÁRIA	- Renegociação dos contratos de financiamento celebrados; - Aporte de capital própria da CONCESSIONÁRIA e/ou de seus acionistas para quitação das obrigações assumidas.
		Variação da taxa de juros	CONCESSIONÁRIA	- Adoção de critérios e políticas internos para seleção da instituição financeira e das condições para contratação de financiamentos.
2.	Obtenção e/ou renovação de licenças, permissões e autorizações	Atraso no cronograma contratual e/ou inexecução contratual em decorrência da impossibilidade ou atraso na obtenção de licenças, permissões e autorizações	CONCESSIONÁRIA	- Demonstração prévia da CONCESSIONÁRIA da dificuldade encontrada para apoio do PODER CONCEDENTE; - Agendamento e participação em reuniões agendadas com o órgão ou entidade competente, sempre na presença de responsável técnico capacitado para prestar os esclarecimentos necessários.
		Atraso no cronograma contratual e/ou inexecução contratual em decorrência da impossibilidade ou atraso na obtenção de licenças, permissões e autorizações por culpa ou inércia do PODER PÚBLICO	PODER CONCEDENTE	- Comunicação por escrito enviada pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE acerca da situação verificada com vistas a possibilitar o apoio técnico na resolução da demanda.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
 Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
 R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova
 Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

3.	Força maior ou caso fortuito	Eventos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, que retardam o prosseguimento e a conclusão dos serviços	COMPARTILHADO	<ul style="list-style-type: none"> - Comunicação por escrito para a outra parte contratual; - Cada uma das partes deverá assumir proporcionalmente todos os riscos que não forem seguráveis ou que o valor do prêmio for incompatível; - Negociação entre as partes, inclusive com a possibilidade de extinção do CONTRATO.
4.	Risco de demanda	Não efetivação da demanda de receitas publicitárias projetada pela CONCESSIONÁRIA ou sua redução a qualquer tempo	CONCESSIONÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> - Renegociação de contratos comerciais e publicitários; - Captação de novos clientes; - Envio de comunicação fundamentada técnica e juridicamente com requerimento visando o acréscimo ou a redução de mobiliários urbanos ao PODER CONCEDENTE.
5.	Mudança nas especificações do OBJETO	Alteração nas especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA por solicitação do PODER CONCEDENTE	PODER CONCEDENTE	- Abertura de procedimento de revisão extraordinária do CONTRATO, caso as alterações impliquem na quebra da equação econômico-financeira da concessão e, comprovadamente, afetem os receitas e despesas da CONCESSIONÁRIA.
		Alteração nas especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA em decorrência de avanços tecnológicos	CONCESSIONÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> - Monitoramento constante da CONCESSIONÁRIA acerca dos avanços tecnológicos passíveis de introdução no OBJETO do CONTRATO; - Planejamento para reinvestimento e troca do mobiliário urbano.
		Alteração nas especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA a critério da CONCESSIONÁRIA	CONCESSIONÁRIA	- Planejamento interno da CONCESSIONÁRIA;

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

				- Envio de comunicação fundamentada técnica e juridicamente com requerimento visando a alteração das especificações técnicas previstas inicialmente.
6.	Danos a bens vinculados à CONCESSÃO	Roubos, furtos, destruição, depredação e vandalismo nos bens vinculados à CONCESSÃO ou nos ativos da CONCESSIONÁRIA	CONCESSIONÁRIA	- Contratação e manutenção em vigor de todos os seguros necessários para a prestação do SERVIÇO.
		Precimento, perda, avarias ou quaisquer outros tipos de danos causados aos bens vinculados à CONCESSÃO	CONCESSIONÁRIA	- Estabelecimento de rotina constante de inspeção e manutenção preventiva e corretiva de todos os bens vinculados à CONCESSÃO; - Realização das substituições, renovações e adaptações necessárias aos bens vinculados à CONCESSÃO; - Contratação e manutenção em vigor de todos os seguros necessários para a prestação do SERVIÇO.
		Danos advindos de vício ou defeito nos bens vinculados à CONCESSÃO cuja causa seja de responsabilidade do prestador do CONTRATO VIGENTE	COMPARTILHADO	- Rotina de fiscalização e inspeção de todos os bens durante o PERÍODO DE TRANSIÇÃO; - Elaboração de relatório técnico com o estado de conservação dos bens; - Análise da documentação fornecida pelo operador do CONTRATO VIGENTE; - Agendamento e participação em reuniões técnicas durante o PERÍODO DE TRANSIÇÃO.
7.	Encargos trabalhistas	Inadimplemento, pela CONCESSIONÁRIA, de encargos trabalhistas dos empregados ou	CONCESSIONÁRIA	

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
 Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
 R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova
 Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

		terceirizados envolvidos na prestação do SERVIÇO		<ul style="list-style-type: none"> - Observância da legislação trabalhista e previdenciária, bem como ao cumprimento dos acordos coletivos eventualmente incidentes às categorias profissionais envolvidas; - Observância das determinações legais e regulamentares quanto à legislação de segurança e medicina do trabalho; - Fornecimento de treinamento e capacitação técnica aos seus empregados, funcionários e prestadores de serviço; - Fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) e demais equipamentos necessários para garantir a segurança de seus empregados, funcionários e prestadores de serviço, conforme o caso.
		Ajuizamento de reclamação trabalhista por empregados, funcionários e/ou prestadores de serviços da CONCESSIONÁRIA ou de subcontratados		
		Ocorrência de acidente de trabalho na execução do OBJETO		
8.	Risco regulatório e legislativo	Alteração superveniente na legislação ou na regulação que ocorra após a entrega da PROPOSTA ECONÔMICA e afete diretamente as normas e os padrões éticos de conduta aplicáveis à publicidade e propaganda, com ou sem impacto no equilíbrio econômico-financeiro e/ou impacto direto nas receitas ou despesas da CONCESSIONÁRIA	CONCESSIONÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento e monitoramento constante das normas e dos padrões éticos de conduta aplicáveis à publicidade e propaganda; - Inclusão de mecanismos contratuais capazes de promover o encaminhamento necessário conforme o caso; - Adequação da peça publicitária aos novos padrões designados pela legislação ou regulamentação superveniente.
		Alteração superveniente na legislação ou na regulação que ocorra após a entrega da PROPOSTA ECONÔMICA e que comprovadamente altere o equilíbrio	PODER CONCEDENTE	<ul style="list-style-type: none"> - Observância das eventuais alterações normativas durante as revisões extraordinárias do CONTRATO com a finalidade de adequar a relação aos novos parâmetros normativos;

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
 Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
 R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova
 Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

		econômico-financeiro e possua impacto direto nas receitas ou despesas da CONCESSIONÁRIA		- Compatibilização das alterações legislativas na execução do CONTRATO, independentemente da celebração de Termo Aditivo ou de revisão extraordinária;
		Alteração superveniente na legislação ou na regulação que ocorra após a entrega da PROPOSTA ECONÔMICA e que não altere o equilíbrio econômico-financeiro e/ou não possua impacto direto nas receitas ou despesas da CONCESSIONÁRIA	CONCESSIONÁRIA	- Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, caso devido.
9.	Alteração tributária	Criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais após a entrega da PROPOSTA ECONÔMICA que não tenham repercussão direta nas receitas e despesas da CONCESSIONÁRIA	CONCESSIONÁRIA	- Observância das eventuais alterações tributárias durante as revisões extraordinárias do CONTRATO com a finalidade de adequar a relação aos novos parâmetros normativos; - Compatibilização das alterações tributárias na execução do CONTRATO, independentemente da celebração de Termo Aditivo ou de revisão extraordinária; - Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, caso devido.
		Criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais após a entrega da PROPOSTA ECONÔMICA que tenham repercussão direta nas receitas e despesas da CONCESSIONÁRIA	PODER CONCEDENTE	
10.	Alteração unilateral do CONTRATO	Imposição de modificação superveniente das condições do CONTRATO decorrente de ato do PODER CONCEDENTE que promova novas obrigações ou a alteração unilateral das obrigações originalmente contempladas no	PODER CONCEDENTE	- Acompanhamento e monitoramento do OBJETO contratual pelo PODER CONCEDENTE e pela ENTIDADE FISCALIZADORA; - Cooperação do PODER CONCEDENTE no desenvolvimento das atividades da CONCESSÃO, especialmente na hipótese de modificação superveniente de suas condições;

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
 Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
 R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova
 Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

		CONTRATO, desde que provoque impacto nos custos e encargos da CONCESSIONÁRIA		- Realização de reuniões periódicas de acompanhamento do CONTRATO entre PODER CONCEDENTE, ENTIDADE FISCALIZADORA e CONCESSIONÁRIA.
11.	Interface com a CONCESSIONÁRIA BIKE RIO	Criação de óbices para a manutenção, conservação e instalação do MOBILIÁRIO URBANO e/ou para início da operação	PODER CONCEDENTE	- Realização de reuniões com a CONCESSIONÁRIA e a CONCESSIONÁRIA BIKE RIO; - Adoção das medidas legais e contratuais relativas ao contrato de concessão celebrado com a CONCESSIONÁRIA BIKE RIO.
		Verificação de conflito, prévio ou superveniente, entre a campanha publicitária veiculada pela CONCESSIONÁRIA e pela CONCESSIONÁRIA BIKE RIO	CONCESSIONÁRIA	- Estabelecer interface relacional com a CONCESSIONÁRIA BIKE RIO; - Observar os segmentos econômicos explorados pela CONCESSIONÁRIA BIKE RIO; - Evitar fechar acordo comercial para exposição de empresas e/ou produtos que possam ser caracterizados como concorrentes de mercado daqueles explorados pela CONCESSIONÁRIA BIKE RIO; - Celebrar contratos de exploração publicitária com cláusula de rescisão antecipada.
12.	Processos de Responsabilidade Civil	Custos relacionados a indenizações por danos decorrentes de acidentes causados durante a execução dos SERVIÇOS e outras ações de terceiros	CONCESSIONÁRIA	- Elaboração de plano interno de mitigação de acidentes; - Contratação e manutenção em vigor de todos os seguros necessários para a prestação do SERVIÇO.
13.	Falência da Concessionária	Risco de interrupção da concessão por decretação da falência da Concessionária	COMPARTILHADO	- Acompanhamento periódico da situação financeira da CONCESSIONÁRIA por parte do PODER CONCEDENTE e da ENTIDADE FISCALIZADORA;

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
 Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
 R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova
 Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

				- Prestação de informações pela CONCESSIONÁRIA; - Tentativa, por parte da CONCESSIONÁRIA, de renegociação de débitos e obrigações contraídas.
14.	Anulação	Anulação da concessão por falhas de naturezas diversas e insanáveis	COMPARTILHADO	- Acompanhamento constante e minucioso de todas as etapas da contratação; - Observância do devido processo legal para publicação e julgamento da CONCORRÊNCIA, assim como para assinatura do CONTRATO; - Prestar todos os esclarecimentos e informações demandados por órgãos de controle e outras entidades durante todas as etapas do processo por todas as PARTES envolvidas; - Monitoramento rotineiro e periódico das atividades contratuais.
15.	Ações judiciais e medidas administrativas	Ações judiciais e medidas administrativas que impeçam, interrompam, suspendam ou causem extinção do CONCESSÃO, por fato, ação ou omissão, derivado de conduta direta ou indireta da CONCESSIONÁRIA	CONCESSIONÁRIA	- Observância das normas legais, regulamentares e contratuais em todas as etapas do projeto; - Executar o serviço conforme padrão e requisitos exigidos pelo PODER CONCEDENTE na forma do EDITAL, do CONTRATO e dos ANEXOS.
16.	Intervenção de órgãos de controle.	Ações promovidas pelo Ministério Público, Tribunal de Contas e outros órgãos de controle decorrentes da atuação da CONCESSIONÁRIA que possam interromper ou obstaculizar a CONCESSÃO	CONCESSIONÁRIA	- Participação em reuniões designadas pelos órgãos de controle, sempre acompanhada de representante técnico capaz de prestar as informações necessárias;

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
 Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
 R. Afonso Cavalcanti, 455 – Cidade Nova
 Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110

		Ações promovidas pelo Ministério Público, Tribunal de Contas e outros órgãos de controle decorrentes de fatos anteriores à emissão da ORDEM DE INÍCIO que possam interromper ou obstaculizar a Concessão, desde que vinculados à atuação da CONCESSIONÁRIA		- Executar o serviço conforme padrão e requisitos exigidos pelo PODER CONCEDENTE na forma do EDITAL, do CONTRATO e dos ANEXOS; - Resposta tempestiva e satisfatória para todos os questionamentos eventualmente formulados pelos órgãos de controle.
		Ações promovidas pelo Ministério Público, Tribunal de Contas e outros órgãos de controle decorrentes de fatos anteriores à emissão da ORDEM DE INÍCIO que possam interromper ou obstaculizar a Concessão, desde que não vinculados à atuação da CONCESSIONÁRIA	PODER CONCEDENTE	